



Número: **0030357-20.2016.8.13.0242**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Espera Feliz**

Última distribuição : **22/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 131.793,28**

Processo referência: **0030357-20.2016.8.13.0242**

Assuntos: **Execução Contratual**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ESTADO DE MINAS GERAIS (EXEQUENTE)	
	FELIPE LOPES DE FREITAS HONORIO (ADVOGADO)
MARCELO SOARES BELGA (EXECUTADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10153862768	26/01/2024 17:36	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Espera Feliz / Vara Única da Comarca de Espera Feliz

Rua Fioravante Padula, 80, Espera Feliz - MG - CEP: 36830-000

PROCESSO Nº: 0030357-20.2016.8.13.0242

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL (1116)

ASSUNTO: [Execução Contratual]

EXEQUENTE: ESTADO DE MINAS GERAIS

EXECUTADO(A): MARCELO SOARES BELGA

SENTENÇA

Trata-se de Execução Fiscal proposta em desfavor de Marcelo Soares Belga, nos idos de 2016.

Sob Id. 10088732197, certidão de óbito do réu Marcelo Soares Belga.

É o que interessa. **Fundamento e Decido.**

Com o surgimento da figura jurídica do espólio e a teoria dos limites da responsabilidade patrimonial, no caso dos autos, nas forças da herança, é o caso de expedir certidão de crédito para habilitação no juízo do inventário, ante sua força atrativa.

É a conclusão possível da interpretação conjunta com artigos 789 do Código de Processo Civil e 1.792 do Código Civil, que passo a colacionar:



Art. 789. O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei.

Art. 1.792. O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.

Com espeque no melhor interesse de credor, princípio basilar da execução/cumprimento de sentença, a habilitação do crédito nos autos de inventário se torna providencia imperiosa, nos termos do art. 642 do Código de Processo Civil.

Com o evento morte e a possibilidade de abertura do processo de inventário, em virtude de sua força atrativa, inaugura-se o juízo universal para tratar das matérias que o espólio é réu/executado.

Em situação semelhante decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULOS AJUIZADA PELO ESPÓLIO - INVENTÁRIO - AUSÊNCIA DE CONEXÃO - PENDÊNCIA DE AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL - PREJUDICIALIDADE - VERIFICAÇÃO NO CASO

1. Oforo do inventário é universal, atraindo para si, além do processo sucessório, a competência especial relativa a todas as ações em que o espólio seja réu, o que não se aplica às ações ajuizadas pelo espólio, nas quais a competência será a do foro comum (do domicílio do réu) ou alguma outra especial que acaso incida na espécie.

2. Inexiste conexão entre o processo de inventário e a ação de busca e apreensão ajuizada pelo espólio.

3. Constata-se, no entanto, a relação de prejudicialidade entre a demanda de busca e apreensão e a ação de reconhecimento de união estável, cuja eventual procedência, reconhecendo-se a condição de única herdeira à suposta convivente, já que ausentes descendentes ou ascendentes, constituirá fator impeditivo da reivindicação pretendida.

4. Competência do juízo suscitado. (TJMG - Conflito de Competência 1.0000.21.120589-3/000, Relator(a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª CÂMARA CÍVEL,



Em reforço, execuções autônomas e simultâneas em desfavor do espólio tem o condão de preterir credores, inclusive a Fazenda Pública nos diferentes níveis da federação.

Em resumo, gozando o credor de título executivo extrajudicial e legitimidade para inaugurar inventário (art. 616, VI, do CPC) ou habilitar seu crédito, se em trâmite, impõe-se a extinção dos presentes.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO** o processo, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.

Ante o Princípio da causalidade, condeno a parte ré ao pagamento de custas e despesas processuais. Em virtude da natureza jurídica do espólio, expeça-se CNPDP para posterior habilitação no juízo do inventário.

Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Espera Feliz, data da assinatura eletrônica.

MATEUS LEITE XAVIER

Juiz(íza) de Direito

Vara Única da Comarca de Espera Feliz

